

6.03.99 - Economia

DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA. A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Pâmela R. M. Souza^{1*}, Rosa M. V. Berriel²

1. Estudante da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica da São Paulo (FEA-PUC)
2. Professora doutora da FEA-PUC – Departamento de Economia/Orientador

Resumo

A presente pesquisa científica abordou a situação vivida pela mulher negra no mercado de trabalho e teve como principal fundamento a hipótese de que o problema dessa mulher está vinculado às históricas desigualdades racial e de gênero observadas, em especial, no sistema educacional brasileiro. Essas desigualdades impactam profundamente no processo de inserção nesse mercado, na renda e, por fim, na qualidade dos cargos ocupados.

Para a realização dessa pesquisa foram necessários o estudo das condições de acesso, permanência e desempenho na escola de mulheres negras; a análise do perfil dos cargos mais ocupados no mercado de trabalho e a incidência de trabalho informal e desemprego, a partir da consulta de base de dados e da leitura de obras temáticas. Além da discussão sobre as desigualdades de raça e gênero e sua intersecção no mercado de trabalho, também se analisou a existência de uma classe média negra e suas especificidades frente a classe média branca.

Palavras-chave: discriminação; interseccionalidade; classe média negra

Apoio financeiro: PIBIC - CEPE.

Trabalho selecionado para a JNIC: PUC - SP.

Introdução

Analisando-se a situação da mulher negra no Brasil de hoje, podemos dizer que a luta dos movimentos sociais tem sido fundamental para as melhorias percebidas com relação à discriminação e à desigualdade ao longo dos anos. O caminho a ser percorrido, porém, ainda é longo. As desigualdades de raça e de gênero ainda estão muito presentes na sociedade brasileira e assumem diversas formas, sendo uma delas a do mercado de trabalho.

Desigualdades de gênero e raça são as duas principais formas de discriminação quando o tema é o mercado de trabalho no Brasil como um todo. Elas não apenas se sobrepõem, mas se interseccionam e se potencializam. Essa interseccionalidade de desigualdades evidencia sua perversidade em todas as fases da vida de mulheres negras e está presente em todos os seus indicadores, como a saúde, violência, educação, mercado de trabalho etc.

O problema da desigualdade de gênero e da discriminação racial muitas vezes é desconsiderado em análises que examinam os fatores responsáveis pelo quadro conjuntural do mercado de trabalho nacional. Entretanto, os riscos diante do desemprego ou as possibilidades de combater a informalidade estão diretamente relacionados ao perfil da força de trabalho. (ABRAMO, 2006).

Assim sendo, esta pesquisa teve por fundamento a hipótese de que o problema da mulher negra no mercado de trabalho não está centrado apenas no fato de estar ou não inserida nesse mercado, mas sim em como se dá essa inserção.

Esta hipótese tem importância pela contribuição ao debate sobre as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho, o que contribui para a discussão sobre a situação das mulheres negras nos diferentes espaços sociais

Características como gênero e raça geram desigualdades e é de suma importância levar esses aspectos em conta na formulação, na implantação e na avaliação de políticas públicas e, em particular, nas políticas de emprego.

Os objetivos iniciais estabelecidos para esta pesquisa foram os de investigar as condições de acesso, permanência e desempenho dessas mulheres na escola (com o propósito de estabelecer relação entre trabalho e escolaridade), os cargos mais ocupados por elas no mercado de trabalho, o desemprego e a incidência de sua participação no trabalho informal.

Metodologia

Esta pesquisa que teve por objetivo analisar e colocar em evidência as particularidades da situação vivida

pela mulher negra no mercado de trabalho e para seu desenvolvimento valeu-se da análise crítica das obras de diversos autores reconhecidos por estudarem os impactos das desigualdades raciais e de gênero na sociedade.

Além da leitura dessas obras e do desenvolvimento do material teórico, houve também a consulta e levantamento das bases de dados e materiais estatísticos para complementar a pesquisa no âmbito quantitativo, disponíveis nos sites das seguintes organizações:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: www.ibge.gov.br;
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE: <http://www.dieese.org.br/>;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e IPEADATA: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>;
<http://www.ipea.gov.br/portal/>;
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação SEADE: <http://www.seade.gov.br/>;

Resultados e Discussão

Segundo os dados obtidos, quando levamos em consideração o fator cor, notamos que tanto homens quanto mulheres brancas possuem uma média superior de anos de estudos quando comparados com homens e mulheres negras, e o número de analfabetos negros é mais do que o dobro de analfabetos brancos, tanto para homens quanto para mulheres. Esses dados comprovam a hipótese de Ricardo Henriques (2002) de que pessoas negras possuem menor oportunidade de estudo e maior evasão escolar.

Mulheres são as mais impactadas por restrições de saúde, o que as impede de realizar suas atividades de trabalho. Com relação à raça, a proporção de pessoas negras que se encontram impedidas de fazerem suas atividades habituais é maior, independentemente do gênero.

De acordo com dados da PNAD (2004 e 2006), os domicílios chefiados por negros são os que mais recebem recursos, tanto do Programa Bolsa Família, quanto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, representando quase 70% dos domicílios contemplados com os programas. Esse número comprova a teoria de que negros representam a maioria da população em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Atualmente, o número total de pessoas negras ocupadas é maior que o número de pessoas brancas na mesma situação. Entretanto, quando analisamos anos de estudos, notamos que a população negra ocupada, em sua maioria, terminou apenas o ensino fundamental e o médio. Segundo a PNAD, comparado a 1995, em 2015 havia sete vezes mais negros ocupados que possuíam o ensino superior. Porém o número ainda é baixo e representa quase que metade do total de brancos ocupados no mesmo grupo de anos de estudo. Essa dificuldade de acesso dos estudantes negros ao diploma universitário reflete o atraso escolar e a grande taxa de evasão, além do racismo acadêmico existente em todas as instituições de ensino do país.

Com relação ao mercado de trabalho doméstico, de acordo com dados da PNAD, em 2015 as mulheres negras constituíam 65% das trabalhadoras domésticas, informação que confirma a tendência destas mulheres constituírem a maioria da população ocupada nesse nicho do mercado. Contudo, mulheres negras recebem, em média, R\$ 130 a menos que mulheres brancas para desempenharem a mesma função e com ambas mulheres possuindo escolaridades similares.

Os dados coletados e analisados confirmam o que autores como Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg, Ricardo Henriques, Sueli Carneiro, Marcia Lima já afirmavam: os negros são grande maioria entre os mais pobres, estando nas posições mais precárias do mercado de trabalho e possuindo os menores índices de educação formal.

Conclusões

As conclusões obtidas, como esperado, reafirmaram o que já era indicado pelos principais estudiosos da temática da desigualdade de raça e gênero, comprovado ao realizarmos a análise da base de dados obtida. A subalternização do gênero, segundo a raça (CARNEIRO, 2003) levou à desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras, levando-as a ocuparem a base da pirâmide social, atrás de homens brancos, mulheres brancas e homens negros.

As desigualdades raciais e de gênero observadas no sistema educacional e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, geram impactos no tipo de inserção nesse mercado, na renda e nos cargos ocupados, impactos esses que são sentidos principalmente por mulheres negras. Dessa forma, o simples fato de serem mulheres e negras faz com que tenham maiores chances de fazer parte da população desempregada; de estarem alocadas em trabalhos informais; de serem maioria entre as trabalhadoras domésticas remuneradas; de não fazer parte do mundo acadêmico; de não concluir o ensino escolar básico; de fazer parte da população pobre; de receber uma renda inferior à remuneração média.

Mesmo com esse pacote de desigualdades carregado pelos negros e, especialmente, pelas mulheres negras, há a possibilidade de ascenderem a cargos com alto prestígio e remuneração, vindo a fazer parte de uma classe média negra. A existência de um grupo de negros que integram a classe média negra brasileira é incontestável, porém, mesmo nas condições de classe média, esses indivíduos continuam sofrendo as conseqüências do racismo, ou seja, mesmo tendo um padrão de consumo de classe média, são discriminados (FIGUEIREDO, 2012) (JAIME, 2016).

A análise da classe média negra demonstrou que os indivíduos que a ela pertencem possuem graus de escolaridade inferiores aos da classe média branca. Além disso, ainda que possuam a mesma escolaridade, a

classe média branca permanece recebendo um salário superior à negra. Esses dados quebram o mito de que o problema não reside na cor do indivíduo e sim na classe social.

Dessa forma, é indiscutível que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para se atingir o fim das desigualdades raciais e de gênero e uma sociedade mais igualitária. Elaborar e desenvolver políticas sob a ótica de gênero e de raça é um trabalho árduo e necessário. “Se a sociedade está restringindo o acesso dos negros à boa educação ou aos bons postos de trabalho, então cabe ao poder público garantir esse acesso, principalmente em termos educacionais.” (SOARES, 2000, p. 27). O Estado deveria implementar políticas públicas que garantissem aos negros acesso a um sistema de saúde digno, a um mercado de trabalho sem distinção de qualquer forma e a uma educação de qualidade.

Referências bibliográficas

BRASIL, IBGE. **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares (no prelo), 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe Média Negra: Trajetórias e Perfis**. Salvador: EDUFBA, 2012.

HASENBALG, Carlos. **1976: As desigualdades raciais revisitadas**. In: SILVA, Luiz A. Machado da et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, n. 2, p. 179-197, 1983.

_____. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e Gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

JAIME, Pedro. **Executivos Negros: Racismo e diversidade no mundo empresarial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. “Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)”. In: *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2013. p.53-80.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – Homens negros, mulheres brancas, mulheres negras**. Brasília: IPEA, 2000. (Textos para Discussão, n. 769).